



11826436



08020.008259/2019-91



## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

### TERMO ADITIVO

**2º Termo Aditivo ao Termo de Adesão n.º 029/2019** que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, representado pela **Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública**, e o **Estado do Amazonas**, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, celebram, visando à execução das ações do eixo de **Enfrentamento à Criminalidade Violenta**, com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, a serem transferidos na modalidade fundo a fundo.

A **UNIÃO FEDERAL** por intermédio do **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP)**, representado pela **SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA (SEGEN)**, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.394.494/0005-60, situada à Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Palácio da Justiça, nesta Capital, doravante denominado **ÓRGÃO REPASSADOR**, neste ato representada pelo **SECRETÁRIO DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA** o Senhor **JOSÉLIO AZEVEDO DE SOUSA**, portador da Carteira de Identidade n.º 1542271, expedida pela SSP/MA, e inscrito no CPF n.º 767.926.243-53, com competência estabelecida no art. 6º da Portaria n.º 77, de 17 de janeiro de 2020, com alteração da Portaria n.º 640, de 9 de junho de 2020, da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e o e o **ESTADO DO AMAZONAS**, por meio da **SECRETARIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.804.019/0001-53, doravante denominado **BENEFICIÁRIO**, neste ato representado pelo **SECRETÁRIO**, o Senhor **LOUISMAR DE MATOS BONATES**, domiciliado à Rua San Ângelo, n.º 16, Quadra 02 – Bairro Ponta Negra, Manaus/AM, CEP 69.037-072, portador da Carteira de Identidade n.º 4722, expedida pelo Serviço de Identificação da Polícia Militar do Estado do Amazonas, e inscrito no CPF sob o n.º 076057142-20, com competência estabelecida na Lei Delegada de 67 de 18 de maio de 2019, nomeado mediante ato de nomeação por meio do Decreto de 1º de janeiro de 2019, resolvem firmar este **TERMO ADITIVO** de acordo com as normas contidas na Constituição, na Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, na Lei n.º 13.756, de 12 de dezembro de 2018, na Lei n.º 13.675, de 11 de junho de 2018, na Lei n.º 13.707, de 14 de agosto de 2018 (LDO), na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, na Portaria n.º 793, de 24 de outubro de 2019, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo, resultante da Ação Civil Originária - ACO 3329, referente ao descontingenciamento dos recursos do FNSP, tem por objetivo suplementar recursos, para realização das ações de financiamento referentes ao Eixo de Enfrentamento à Criminalidade Violenta, conforme previsto na Portaria n.º 793, de 24 de outubro de 2019, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e no Termo de

Adesão 029/2019, para a execução de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), transferidos obrigatoriamente na modalidade fundo a fundo, de acordo com o **PLANO DE AÇÃO** apresentado pelo **BENEFICIÁRIO** e aprovado pelo **ÓRGÃO REPASSADOR**.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUPLEMENTAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS**

O valor do presente Termo Aditivo é de **R\$ 18.253.909,00 (dezoito milhões duzentos e cinquenta e três mil novecentos e nove reais)**, sendo **R\$ 12.777.736,00 (doze milhões setecentos e setenta e sete mil setecentos e trinta e seis reais)**, para ações de investimento e **R\$ 5.476.173,00 (cinco milhões quatrocentos e setenta e seis mil cento e setenta e três reais)**, para ações de custeio, correspondentes à suplementação de recursos contemplados na Ação Orçamentária 10.30911.06.181.2081.00R2.

### **PARÁGRAFO ÚNICO**

O recurso suplementado observou os critérios de rateio previstos na Portaria n. 631, de 6 de julho de 2019 e será repassado às conta bancárias, Agência n.º 3563-7, do Fundo Estadual de Segurança Pública abaixo relacionadas, ficando bloqueado até a aprovação do novo plano de ação, caso ainda não tenha ocorrido.

Conta n.º 10377-2 – Investimento

Conta n.º 10378-0 - Custeio

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO**

Permanecem inalteradas as cláusulas e condições não modificadas direta ou indiretamente por este instrumento, observadas as competências preconizadas no Decreto n.º 10.379, de 2020, que trata de estrutura regimental do Ministério de Justiça e Segurança Pública e Portaria MJSP n.º 294, de 4 de junho de 2020, que dispõe sobre a distribuição de competências para a Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

## **CLÁUSULA QUARTA - PUBLICAÇÃO**

A publicação resumida deste **TERMO ADITIVO** no Diário Oficial da União será providenciada pelo **ÓRGÃO REPASSADOR**.

E por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente instrumento, para que produza seus regulares e legais efeitos jurídicos.

<b>JOSÉLIO AZEVEDO DE SOUSA</b> SECRETÁRIO DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA	<b>LOUISMAR DE MATOS BONATES</b> SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO AMAZONAS
--	--



Documento assinado eletronicamente por **LOUISMAR DE MATOS BONATES, Usuário Externo**, em 15/06/2020, às 14:53, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Joselio Azevedo de Sousa, Secretário(a) de Gestão e Ensino em Segurança Pública**, em 15/06/2020, às 18:51, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11826436** e o código CRC **5192F553**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

---